

SUMÁRIO

I.TEORIA GERAL DA AUDIÊNCIA TRABALHISTA	19
1. Do conceito de audiência	19
2. Do Princípio da Oralidade no Processo do Trabalho	21
2.1. Identidade física do juiz	22
2.2. Prevalência da palavra oral sobre a escrita	25
2.3. Concentração dos atos processuais	25
2.4. Imediatidade	26
2.5. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	27
3. Da oralidade nas audiências trabalhistas	27
4. Singularidades da audiência trabalhista	28
4.1. Obrigatoriedade da presença das partes	28
4.2. Concentração dos atos processuais numa única audiência (audiência una)	28
4.3. Publicidade	30
4.4. Imediação	32
4.5. Poderes mais acentuados ao Juiz do Trabalho na con- dução da audiência	32
4.6. Conciliação	33
5. Requisitos da audiência trabalhista	36
5.1. Designação. Prazos	36

5.2.	Limites temporais	37
5.3.	Local de realização	39
5.4.	Poder de polícia do juiz	39
5.5.	Hipóteses de adiamento	41
5.6.	Registro das audiências	42
5.7.	Da gravação audiovisual da audiência pelas partes e advogados	44
6.	Da audiência TELEPRESENCIAL	46
6.1.	Do procedimento da audiência telepresencial	48
7.	Da audiência na execução trabalhista	52

II. DOS SUJEITOS DA AUDIÊNCIA: JUÍZES, PARTES E ADVOGADOS 57

1.	Do comparecimento do magistrado e funcionários à audiência	57
2.	Do atraso das partes e do magistrado à audiência	57
3.	Das partes em audiência	61
4.	Do advogado	62
5.	Da representação e assistência das partes em audiência	66
6.	Da representação do empregado menor de 18 anos	70
7.	Da possibilidade de representação do reclamante em audiência por outra pessoa	71
8.	Da representação do reclamado em audiência. Efeitos. Condição de empregado do preposto	73
8.1.	Da carta de preposição	79

III.DAS PROVAS DE AUDIÊNCIA 81

1.	Do conceito e finalidade da prova	81
2.	Fases do procedimento probatório trabalhista	83
2.1.	Requerimento das provas	84

2.2.	Admissibilidade da prova	84
2.3.	Produção da prova	84
2.4.	Valoração da prova	86
3.	Ônus da prova no Direito Processual do Trabalho	89
4.	O ônus da prova e o fato negativo	93
5.	Da inversão do ônus da prova e seu momento no Direito Processual do Trabalho	94
6.	O ônus dinâmico da prova	97
7.	A revelia e a produção de provas	101
8.	Interrogatório e depoimento pessoal	104
8.1.	Dos conceitos de interrogatório e depoimento pessoal	104
8.2.	Da compatibilidade do depoimento pessoal com o Processo do Trabalho e sua importância prática	107
9.	Da confissão	110
10.	Da prova documental	113
10.1.	Da oportunidade de juntada dos documentos	120
10.2.	Da autenticidade dos documentos	123
10.3.	Da arguição de falsidade documental no Processo do Trabalho	126
10.4.	Valoração do documento no processo do trabalho	128
11.	Da prova testemunhal	128
11.1.	Da capacidade para ser testemunha. Das incapacidades, dos impedimentos e das suspeições das testemunhas	131
11.1.1.	Amizade íntima	132
11.1.1.1.	A amizade em redes sociais	134
11.1.1.2.	Empregado que exerce cargo de confiança na empresa	135
11.1.1.3.	Testemunha que litiga contra o mesmo empregador em troca de favores	138

11.2.	Depoimento da testemunha menor de 18 anos no Processo do Trabalho	142
11.3.	Número máximo de testemunhas no Processo do Tra- balho	143
11.4.	Da qualificação da testemunha. A testemunha que não porta documento poderá ser ouvida?	145
11.5.	Da contradita	148
11.6.	Da substituição das testemunhas	150
11.7.	Da produção da prova testemunhal no Processo do Trabalho	151
11.8.	Da acareação das testemunhas e testemunhas e partes	155
11.9.	Da valoração da prova testemunhal pelo Juiz do Trabalho	156
11.10.	Do falso testemunho no Processo do Trabalho e o Juiz do Trabalho diante do falso testemunho	161
11.11.	Da aplicação da multa à testemunha por litigância de má-fé no processo do trabalho	163
12.	Da prova pericial	166
12.1.	Sistemática da realização das perícias	170
12.2.	Da valoração da prova pericial	173
12.3.	Da prova pericial simplificada	174
13.	Da inspeção judicial	175
14.	Da produção de provas orais por meio telepresencial e video- conferência	179

IV.DO PROCEDIMENTO DA AUDIÊNCIA 183

1.	Fases da audiência trabalhista	183
2.	Do pregão	184

3.	A sala de audiências e os locais destinados às partes e ao magistrado	185
3.1.	Do local destinado ao Ministério Público	186
4.	Da ausência do reclamante e arquivamento do processo	187
5.	Da ausência do reclamado: a revelia	193
5.1.	Dos efeitos da revelia no Direito Processual do Trabalho	198
5.2.	Da presença do advogado e a ausência imotivada do preposto ausência do preposto	202
5.3.	Hipóteses de não aplicabilidade dos efeitos da revelia no Direito Processual do Trabalho	204
5.3.1.	Havendo pluralidade de réus, um deles contestar a ação	205
5.3.2.	Se o litígio versar sobre direitos indisponíveis	206
5.3.3.	Se a petição inicial não estiver acompanhada de documento essencial	207
5.3.4.	As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos	208
5.3.5.	A revelia quando há necessidade de prova pericial	208
6.	O Juiz do Trabalho diante da revelia	209
7.	Da arguição das nulidades em audiência e os protestos em ata	211
8.	Das tentativas de conciliação	214
9.	Da desistência da reclamação	216
10.	Da apresentação da resposta pelo reclamado	216
10.1.	Da contestação	217
10.2.	Exceções de impedimento e de suspeição	220
10.3.	Exceção de incompetência em razão do lugar	226

10.4. Da reconvenção	229
11. Da manifestação sobre a contestação	231
12. Do saneamento do processo	233
13. Da instrução do processo e produção de provas	234
14. Das razões finais	236
15. Da decisão e sua ciência	238
 BIBLIOGRAFIA	 243